



FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.

CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75

NIRE 31.300.011.879

(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (“Companhia”) encaminha a presente proposta que tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que será realizada no próximo dia 30 de julho de 2020, às 10:00 (dez) horas (“Assembleia”), na sede social da Companhia, na Rua Sapucaí nº 383, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme Edital de Convocação anexo I à presente Proposta e que será publicado três dias consecutivos a partir do dia 30 de junho de 2020, conforme os termos da Lei das Sociedades Anônimas, as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, a seguir, aos Senhores Acionistas a proposta da administração em relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia (“Proposta”). O objetivo é esclarecer com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada, a recomendação da Administração da Companhia com relação a tais deliberações.

REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia Geral munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados.

Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

VOTO A DISTÂNCIA

Conforme faculdade prevista na Instrução CVM 481, a Ferrovia Centro Atlântica S.A, disponibilizará para a Assembleia Geral ora convocada a possibilidade de participação à distância por meio do Boletim de Voto à Distância.

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar no Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade (“Agente de Custódia”), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (ii) a Companhia, diretamente.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são



FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.

CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75

NIRE 31.300.011.879

(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir: (i) O Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado à Gerência de Relações com Investidores da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, na Rua Tapuias, 49, Floresta, 7º andar, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@vli-logistica.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada; (ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; (iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados acima.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral nos termos do art. 21-B da Instrução CVM 481. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia. Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à Proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 5112-2608 ou via e-mail ri@vli-logistica.com.br.

Em consonância com a Instrução CVM 481, os documentos de interesse para a participação na Assembleia encontram-se em anexo e disponíveis nos *websites* da Companhia (www.vli-logistica.com.br) da CVM (www.cvm.gov.br).

Belo Horizonte/MG, 30 de junho de 2020.

A Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE JULHO DE 2020

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

(I) COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
(Conforme item 10 do Formulário de Referência)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2019, a FCA superou grandes desafios operacionais e comerciais. A gripe suína afetou a exportação de soja de nossos clientes, a fraca atividade econômica não impulsionou a siderurgia nacional e a instabilidade de preços da indústria de celulose diminuiu a exportação desta commodity. Além da ruptura da barragem de Brumadinho que paralisou temporariamente a operação de alguns clientes.

Diante desse cenário, a FCA se mostrou resiliente e encerrou o ano com crescimento em receita líquida e EBITDA comparativamente a 2018. O EBITDA teve aumento de 75% em relação ao ano anterior.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
<i>(em milhões de R\$)</i>	2016	2017	2018	2019
Receita bruta	1.966	2.439	2.733	2.686
Receita líquida	1.667	2.125	2.414	2.417
EBITDA	246	375	472	828
Resultado do exercício	- 26	7	7	-97
Volume ferrovia (milhões de TKU)	20.506	24.480	24.394	23.252
Volume ferrovia (mil de TU)	30.537	37.885	39.981	35.227
Margem EBITDA	14,8%	17,6%	19,6%	34,26%
Margem lucro	-1,6%	0,3%	0,3%	-4,0%

Em 2019, a FCA investiu o valor total de R\$ 573 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda vários investimentos com foco na mitigação de riscos considerados como prioritários.

No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013.

A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 4,833 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 112 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,381 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 24,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,389 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 73,0 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Em milhares de Reais	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	5.066	8.734	5.770
Compra de ativo imobilizado e intangível	(542.397)	(631.901)	(535.174)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(623.167)	(623.167)	(529.404)

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições

financeiras.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	111.905	1,26	24.852	0,46	350,29
Contas a receber	193.546	2,18	191.583	3,56	1,02
Derivativos	69	0,00	-	0,00	n/a
Estoques	215.546	2,43	146.054	2,71	47,58
Tributos a recuperar	133.836	1,51	122.686	2,28	9,09
Despesas pagas antecipadamente	1.115	0,01	20.455	0,38	(94,55)
Sinistros a recuperar	1.649	0,02	-	0,00	n/a
Demais ativos	20.026	0,23	25.288	0,47	(20,81)
Total do circulante	677.692	7,63	530.918	9,85	27,65
Não circulante					
Contas a receber	256.387	2,89	267.629	4,97	(4,20)
Despesas pagas antecipadamente	-	0,00	12.586	0,23	(100,00)
Tributos a recuperar	169.705	1,91	20.609	0,38	723,45
Contas a receber da RFFSA (União)	101.089	1,14	97.851	1,82	3,31
Sinistros a recuperar	72	0,00	2.761	0,05	(97,39)
Demais ativos	2.186	0,02	2.186	0,04	0,00
Depósitos judiciais	90.273	1,02	100.152	1,86	(9,86)
Tributos diferidos sobre o lucro	254.327	2,86	195.963	3,64	29,78
Imobilizado	1.557.051	17,54	929.388	17,25	67,54
Intangível	5.769.615	64,98	3.227.856	59,91	78,74
Total do ativo não circulante	8.200.705	92,37	4.856.981	90,15	68,84
Total do ativo	8.878.397	100,00	5.387.899	100,00	64,78

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	320.391	3,61	278.977	5,18	14,84
Contas a pagar	12.800	0,14	72.421	1,34	(82,33)
Tributos a recolher	10.847	0,12	12.725	0,24	(14,76)
Obrigações sociais e trabalhistas	114.169	1,29	90.045	1,67	26,79
Arrendamentos e concessão	613.710	6,91	42.001	0,78	1.361,18
Antecipações de clientes	38.921	0,44	41.441	0,77	(6,08)
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,04	0,00
Demais passivos	-	0,00	2.255	0,04	(100,00)
Total do passivo circulante	1.112.886	12,53	541.913	10,06	105,36

Não circulante					
Provisão para processos judiciais	66.389	0,75	28.447	0,53	133,38
Benefícios a empregados	1.586	0,02	2.301	0,04	(31,07)
Receitas diferidas	21.775	0,25	23.824	0,44	(8,60)
Arrendamentos e concessão	2.613.000	29,43	-	0,00	n/a
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	230.000	n/a	410.000	7,61	(43,90)
Total do passivo não circulante	2.932.750	33,03	464.572	8,62	531,28
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.150	52,52	4.638.837	86,10	0,52
Reservas de capital	169.611	1,91	-	0,00	n/a
Prejuízos acumulados	-	-	(257.423)	(4,78)	(100,00)
Total do patrimônio líquido	4.832.761	54,43	4.381.414	81,32	10,30
Total do passivo e patrimônio líquido	8.878.397	100,00	5.387.899	100,00	64,78

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 530,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 27,7%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,01% em 31 de dezembro de 2019 e 99,20% em 31 de dezembro de 2018, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2018 (Reapresentado)
Caixa e bancos	1.833	2.765
Aplicações Financeiras	110.072	22.087
	111.905	22.852

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,857 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 8,201 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 68,9 % do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 78,7% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 447,0 milhões, as transferências de intangível para imobilizado no montante de R\$ 224,9 milhões, as amortizações totais de (R\$ 314,3 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 2.619,9 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 72,2 milhões), adições (R\$ 15,9 milhões) e amortizações (R\$ 340,8 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 2,542 bilhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível emandamento	Total
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	43.168	-	21.887	4.624.978	559.001	5.249.034
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	2.619.890	-	-	-	2.619.890
Correções monetárias IFRS 16	-	72.222	-	-	-	72.222
Adições IFRS 16	-	15.900	-	-	-	15.900
Adições	-	-	-	-	447.000	447.000
Baixas	-	-	-	(22.930)	3	(22.930)
Transferências	-	-	(1)	678.104	(453.464)	224.639
Transferências Resolução 4.131/13	-	-	-	-	(111.638)	(111.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(27.330)	-	(14.958)	(1.978.890)	-	(2.021.178)
Adições IFRS 16	0	(340.842)	8	0	-	8
Adições	-	2)	-	-	-	(340.842)
Baixas	(2.066)	-	(2.706)	(309.583)	-	(314.355)
Transferências	-	-	-	19.855	-	19.855
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	15.838	-	6.929	2.646.088	559.001	3.227.856
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.557,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente 67,5% e está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, dragagem, aquisição, recuperação, modernização de vagões (R\$ 100,46 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 692,84 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 8,9 milhões), adições (R\$ 197,6 milhões) e amortizações (R\$ 134,7 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 627,6 milhões nos saldos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	14.476	167.937	984.073	98.567	243.559	4.082	1.512.699
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	216.773	476.066	-	-	-	692.839
Correções monetárias IFRS 16	-	4.660	4.295	-	-	-	8.955

Adições IFRS 16	-	-	197.613	-	-	-	197.613
Adições	-	-	-	-	100.460	-	100.460
Baixas	-	-	(26.492)	-	(1.653)	-	(28.145)
Transferências	(445)	53.274	6.189	4.697	(220.994)	1.545	(155.734)
	14.031	442.644	1.641.744	103.264	121.372	5.627	2.328.68
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.565)	(71.844)	(490.646)	(17.937)	-	(314)	(583.306)
Adições IFRS 16	-	(48.781)	(86.011)	-	-	-	(134.792)
Adições	(602)	(18.045)	(41.124)	(13.519)	-	(200)	(73.490)
Baixas	-	-	20.729	-	-	-	20.729
Transferências	-	(8)	(222)	-	-	(542)	(772)
	(3.167)	(138.678)	(597.274)	(31.456)	-	(1.056)	(771.631)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	11.91	96.093	493.42	80.63			
	1	96.093	7	0	243.559	3.768	929.388
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	10.86	303.966	1.044.	71.80			
	4	303.966	470	8	121.372	4.571	1.557.051

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 541,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um incremento de 105,4% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 613,7 milhões.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 464,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.932,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 531,3% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2,61 bilhões.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4,833 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando aumento de aproximadamente 10,3% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2019, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 550 milhões que se deu ao longo de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.417.420	100,00	2.413.961	100,00	0,14
Custo dos serviços prestados	(2.286.961)	(94,60)	(2.210.215)	(91,56)	3,47
Lucro bruto	130.459	5,40	203.746	8,44	(35,97)
Receitas (despesas) operacionais	(124.770)	(5,16)	(134.307)	(5,56)	(7,10)
Gerais e administrativas	(91.846)	(3,80)	(84.367)	(3,49)	8,86

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(32.616)	(1,35)	(54.462)	(2,26)	(40,11)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	<u>(308)</u>	(0,01)	<u>4.522</u>	0,19	(106,81)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>5.689</u>	0,24	<u>69.439</u>	2,88	(91,81)
Resultado financeiro	<u>(152.551)</u>	(6,31)	<u>(8.210)</u>	(0,34)	1.758,11
Receitas financeiras	(221.678)	(9,17)	7.250	0,30	(3.157,63)
Despesas financeiras	8.951	0,37	(27.642)	(1,15)	(132,38)
Ganhos com variação monetária e cambial	<u>60.176</u>	2,49	<u>12.182</u>	0,50	393,97
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(146.862)</u>	(6,08)	<u>61.229</u>	2,54	(339,86)
Imposto de renda e contribuição social	<u>48.209</u>	1,99	<u>(21.398)</u>	(0,89)	(325,30)
Tributos correntes	(10.154)	(0,42)	(9.582)	(0,40)	5,97
Tributos diferidos	<u>58.363</u>	2,41	<u>(11.816)</u>	(0,49)	(593,93)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(98.653)</u>	(4,08)	<u>39.831</u>	1,65	(347,68)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	(0,82)		0,36		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2019, a receita líquida somou R\$ 2,417 bilhões, representando um aumento marginal de 0,14% sobre o mesmo período de 2018, no valor de R\$ 2,414 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 2,287 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 3,5% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,210 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2019 foram o aumento das despesas de pessoal, materiais, partilha de frente serviços contratados, *utilities* e viagens em R\$ 113,2 milhões, contrabalanceados pela redução de combustíveis no montante de R\$ 42,8 milhões.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 91,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 8,9% em relação ao mesmo período de 2018, no valor de R\$ 84,4 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 32,6 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019 o que representou uma redução de, aproximadamente, 40,1% em relação ao mesmo período de 2018, quando totalizou R\$ 54,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 21,8 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 78,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual

no conceito de receita. Como contrapartida ao incremento, destaca-se provisões para contingências que somaram R\$ 22,7 milhões negativos em 2019, frente a reversões de provisões em 2018 no montante de R\$ 27 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 69,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos fatores citados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 152,6 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 8,2 milhões, representando incremento de 1.760%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelos efeitos de despesa financeira do IFRS 16 que somaram R\$ 191,3 milhões.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 61,2 milhões positivo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 146,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 340%. Tal variação se deu em razão dos impactos da adoção ao normativo IFRS 16, bem como os efeitos de incremento de custos não acompanhados pelos incrementos nas receitas, conforma supracitado. Destaca-se também o efeito positivo do registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Em 2019 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 98,7 milhões frente aos lucros de R\$ 39,8 milhões apurados em 2018.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(98.653)	39.831
Ajustes de		
Depreciação e amortização	822.132	402.804
Perdas de recebíveis	421	-
Trânsito em julgado contingência ativa	(59.690)	-
Baixas para perda	-	(2.940)
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	37.857	(30.927)
Derivativos	(69)	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(60.176)	(12.182)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	-	1.825
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	5.425	(4.112)
Receitas diferidas	(2.048)	(1.727)
Encargos de fianças bancárias	483	-
Ajuste a valor presente	(3.152)	13.503
Despesas com benefícios a empregados	1.004	(1.290)
Tributos diferidos sobre o lucro	(58.364)	11.816
Despesas financeiras – arrendamentos	191.357	-

	776.527	416.601
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	12.094	16.334
Derivativos	-	483
Estoques	(69.492)	(68.401)
Tributos a recuperar	49.673	(86.063)
Tributos antecipados sobre lucro	-	25.206
Despesas pagas antecipadamente	1.223	(150)
Depósitos judiciais	10.172	7.846
Sinistros a recuperar	1.037	29.525
Demais ativos	5.466	23.892
Fornecedores	40.902	95.019
Contas a pagar	(59.621)	(280.937)
Tributos a recolher	(1.982)	(4.606)
Tributo a recolher sobre o lucro	-	25.047
Obrigações sociais e trabalhistas	24.124	(1.339)
Benefícios a empregados	(1.719)	(7.648)
Contas a receber da RFFSA (União)	(356)	-
Arrendamento e concessões	-	4.121
Receitas diferidas	-	2.284
Antecipações de clientes	(2.520)	(5.506)
Demais passivos	(2.256)	(12.345)
Caixa líquido gerado pelas operações	783.272	179.363
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.474)	(13.935)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	739.798	165.428
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.066	8.734
Aquisição de imobilizado e intangível	(547.463)	(631.901)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(542.397)	(623.167)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	370.000	410.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(480.348)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(110.348)	410.000
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	87.053	(47.739)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.852	72.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	111.905	24.852

Em 2019 a companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 87,1 milhões em comparação ao ano anterior.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	31/12/2017 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	24.852	0,46	73.047	1,38	(65,98)
Contas a receber	191.583	3,56	202.975	3,82	(5,61)
Outros ativos financeiros	-	n/a	483	0,01	-100
Estoques	146.054	2,71	77.653	1,46	88,09
Tributos a recuperar	122.686	2,28	38.441	0,72	219,15
Tributos antecipados sobre o lucro	20.455	n/a	11.271	0,21	81,4835
Despesas pagas antecipadamente	-	0,00	20.725	0,39	(100,00)
Demais ativos	25.288	0,47	47.002	0,89	(46,20)
Total do ativo circulante	530.918	9,85	471.597	8,88	12,58
Não circulante					
Contas a receber	267.629	4,97	268.733	5,06	(0,41)
Despesas pagas antecipadamente	12.586	0,23	13.991	0,26	(10,04)
Tributos a recuperar	20.609	0,38	36.339	0,68	(43,29)
Contas a receber da RFFSA (União)	97.851	1,82	89.860	1,69	8,89
Sinistros a recuperar	2.761	0,05	32.286	0,61	(91,45)
Demais ativos	2.186	0,04	9.390	0,18	(76,72)
Depósitos judiciais	100.152	1,86	239.648	4,51	(58,21)
Tributos diferidos sobre o lucro	195.963	3,64	215.964	4,07	(9,26)
	-				
Imobilizado	929.388	17,25	675.952	12,73	37,49
Intangível	3.227.856	59,91	3.256.817	61,33	(0,89)
Total do ativo não circulante	4.856.981	90,15	4.838.980	91,12	0,37
Total do ativo	5.387.899	100,00	5.310.577	100,00	1,46
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	278.977	5,18	186.624	3,51	49,49
Contas a pagar	72.421	1,34	339.855	6,40	(78,69)
Tributos a recolher	12.725	0,24	17.243	0,32	(26,20)
Obrigações sociais e trabalhistas	90.045	1,67	91.384	1,72	(1,47)
Arrendamentos e concessão	42.001	0,78	37.880	0,71	10,88
Antecipações de clientes	41.441	0,77	46.947	0,88	(11,73)
Receitas diferidas	2.048	0,04	1.567	0,03	30,70
Demais passivos	2.255	0,04	14.718	0,28	(84,68)
Total do passivo circulante	541.913	10,06	736.218	13,86	(26,39)
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	2.301	0,04	55.536	1,05	(95,86)
Benefícios a empregados	23.824	0,44	3.591	0,07	563,44
Receitas diferidas	-	0,00	23.628	0,44	(100,00)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	410.000	7,61	79.978	1,51	412,64
Tributos diferidos sobre o lucro	-	n/a	22.752	0,43	-100
Total do passivo não circulante	464.572	8,62	185.485	3,49	150,46
Patrimônio líquido					
Capital social	4.638.837	86,10	4.558.859	85,84	1,75
Prejuízos acumulados	(257.423)	(4,78)	(169.985)	(3,20)	51,44
Total do patrimônio líquido	4.381.414	81,32	4.388.874	82,64	(0,17)

	5.387.899	100,00	5.310.577	100,00	1,46
--	-----------	--------	-----------	--------	------

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 530,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente de 12,6%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,29% em 31 de dezembro de 2018 e 96,64% em 31 de dezembro de 2017, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	2.765	23.189
Aplicações Financeiras	22.087	49.402
	24.852	72.591

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,857 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 0,37% do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 0,89% do total do intangível. Esse decréscimo decorreu de investimentos realizados em material rodante e aquisição de equipamentos e reformas de oficinas (R\$ 324,5 milhões) em menor grau frente as amortizações e baixas apuradas no exercício (respectivamente, R\$ 321,3 milhões e R\$ 2,6 milhões).

	Direitos de concessão	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível emandamento	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	43.168	19.607	4.423.043	471.709	4.957.527
Adições	-	-	-	324.510	324.510
Baixas	-	-	(3.529)	-	(3.529)
Transferências	-	2.280	205.464	(237.218)	(29.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	43.168	21.887	4.624.978	559.001	5.249.034
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(25.265)	(12.186)	(1.663.259)	-	(1.700.710)
Adições	(2.065)	(2.772)	(316.508)	-	(321.345)
Baixas	-	-	877	-	877
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(27.330)	(14.958)	(1.978.890)	-	(2.021.178)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	17.903	7.421	2.759.784	471.709	3.256.817
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	15.838	6.929	2.646.088	559.001	3.227.856

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 675,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 37,5%. Esse aumento foi decorrente de investimentos em equipamentos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	7.316	135.118	940.706	95.270	1.349	3.695	1.183.454
Adições	-	-	-	-	307.391	-	307.391
Baixas	-	(57)	(7.567)	(1)	-	-	(7.625)
Transferências	7.160	32.876	50.934	3.298	(65.181)	387	29.474
	14.476	167.937	984.073	98.567	243.559	4.082	1.512.694
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.047)	(56.824)	(448.591)	-	-	(40)	(507.502)
Adições	(518)	(15.060)	(47.670)	(17.937)	-	(274)	(81.459)
Baixas	-	40	5.615	-	-	-	5.655
	(2.565)	(71.844)	(490.646)	(17.937)	-	(314)	(583.306)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	5.269	78.294	492.115	95.270	1.349	3.655	675.952
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	11.911	96.093	493.427	80.630	243.559	3.768	929.388

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 736,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 541,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 26,39% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução de contas a pagar no montante de R\$ 267,4 milhões, devido a redução de exposição na operação de risco sacado e pelo aumento de R\$ 93,2 milhões dos saldos de fornecedores.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 464,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um 150,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo incremento de adiantamentos para futuro aumento de capital no exercício e no montante de R\$ 330,1 milhões.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando redução de aproximadamente 0,17% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2018 e pelos aumentos de capital que derivaram da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital ocorridos no exercício de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	31/12/2017 (Original)	AV%	AH%
--	-------------------------------	-----	--------------------------	-----	-----

Receita líquida de serviços prestados	2.413.961	100,00	2.124.532	100,00	13,62
Custo dos serviços prestados	<u>(2.210.215)</u>	(91,56)	<u>(2.024.332)</u>	(95,28)	9,18
Lucro bruto	<u>203.746</u>	8,44	<u>100.200</u>	4,72	103,34
Receitas (despesas) operacionais	<u>(134.307)</u>	(5,56)	<u>(74.699)</u>	(3,52)	79,80
Gerais e administrativas	(84.367)	(3,49)	(67.953)	(3,20)	24,15
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(54.462)	(2,26)	(9.293)	(0,44)	486,05
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	<u>4.522</u>	0,19	<u>2.547</u>	0,12	77,54
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>69.439</u>	2,88	<u>25.501</u>	1,20	172,30
Resultado financeiro	<u>(8.210)</u>	(0,34)	<u>(10.902)</u>	(0,51)	(24,69)
Receitas financeiras	7.250	0,30	5.770	0,27	25,65
Despesas financeiras	(27.642)	(1,15)	(37.586)	(1,77)	(26,46)
Ganhos com variação monetária e cambial	<u>12.182</u>	0,50	<u>20.914</u>	0,98	(41,75)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>61.229</u>	2,54	<u>14.599</u>	0,69	319,41
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(21.398)</u>	(0,89)	<u>(7.224)</u>	(0,34)	196,21
Tributos correntes	(9.582)	(0,40)	(1.611)	(0,08)	494,79
Tributos diferidos	<u>(11.816)</u>	(0,49)	<u>(5.613)</u>	(0,26)	110,51
Lucro líquido do exercício	<u>39.831</u>	1,65	<u>7.375</u>	0,35	440,08
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	0,36		0,07		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2018, a receita líquida somou R\$ 2,414 bilhão, representando um aumento de 13,6% sobre o mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,125 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 2,210 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 9,2% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,024 bilhões. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2017 foram despesas com pessoal, material, partilha de frete e alugueis.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 84,3 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 24,15% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 67,9 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 54,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2018 o que representou uma redução de, aproximadamente, 486% em relação ao mesmo período de 2017, quando totalizou R\$ 9,3 milhões negativos. O principal impacto é justificado na redução de recuperação de despesas na ordem de R\$ 43,5 milhões e oriundo de créditos extemporâneos de PIS e COFINS registrados em 2017 e com natureza não recorrente.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 25,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 69,4 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo aumento da receita líquida conforme evidenciado acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 8,2 milhões negativos contra o resultado negativos em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 16,2 milhões, representando uma melhora de 24,7%. Tal variação se deu basicamente, em razão da redução das despesas de leasing financeiro, existentes em 2017 mas não em 2018.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um lucro de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$ 61,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 319,9%. Tal variação se deu em razão do aumento da receita líquida do exercício.

Lucro líquido do exercício

Em 2018 a empresa apurou um lucro de R\$ 39,9 milhões em 2018, um aumento de R\$ 32,5 milhões acima do resultado de 2017.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017 (Original)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	39.831	7.375
Ajustes de		
Depreciação e amortização	402.804	349.334
Perdas de recebíveis	-	-
Trânsito em julgado contingência ativa	-	-
Baixas para perda	(2.940)	-
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	(30.927)	7.910
Derivativos	-	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(12.182)	(20.914)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	(4.112)	5.535
Receitas diferidas	(1.727)	(1.567)
Encargos de fianças bancárias	-	-
Ajuste a valor presente	13.503	16.819
Despesas com benefícios a empregados	(1.290)	1.607
Tributos diferidos sobre o lucro	11.816	5.613
Despesas financeiras – arrendamentos	-	5.645
	416.601	379.182
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	16.334	(30.851)
Derivativos	483	-
Estoques	(68.401)	(14.431)
Tributos a recuperar	(86.063)	4.877
Tributos antecipados sobre lucro	25.206	-
Despesas pagas antecipadamente	(150)	(294)
Depósitos judiciais	7.846	1.594
Sinistros a recuperar	29.525	31.181
Demais ativos	23.892	7.641
Fornecedores	95.019	(2.679)
Contas a pagar	(280.937)	(26.821)
Tributos a recolher	(4.606)	236.512
Tributo a recolher sobre o lucro	25.047	364
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.339)	-

Benefícios a empregados	(7.648)	44.367
Contas a receber da RFFSA (União)	-	(36)
Arrendamento e concessões	4.121	(12.179)
Receitas diferidas	2.284	-
Antecipações de clientes	(5.506)	(8.693)
Demais passivos	(12.345)	(14.234)
Caixa líquido gerado pelas operações	179.363	595.500
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.935)	(3.561)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	165.428	591.939
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	8.734	5.770
Aquisição de imobilizado e intangível	(631.901)	(535.174)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(623.167)	(529.404)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	410.000	-
Pagamentos de obrigações de arrendamento	-	(38.705)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	410.000	(38.705)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(47.739)	23.830
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	72.591	49.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.852	73.047

Em 2018 a companhia apresentou redução de caixa da ordem de R\$ 47,7 milhões em comparação ao ano anterior.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

Em 2019, a FCA superou grandes desafios operacionais e comerciais. A gripe suína afetou a exportação de soja de nossos clientes, a fraca atividade econômica não impulsionou a siderurgia nacional e a instabilidade de preços da indústria de celulose diminuiu a exportação desta commodity. Além da ruptura da barragem de Brumadinho que paralisou temporariamente a operação de alguns clientes.

Diante desse cenário, a FCA se mostrou resiliente e encerrou o ano com crescimento em receita líquida comparativamente a 2018. O principal fator de sustentação desse crescimento foi o aumento de exportação da safra de soja.

A receita bruta da Companhia passou de R\$ 2.733 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.686 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representa uma queda de 1,72% em comparação a 2018.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos granéis agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia são também movimentadas mercadorias diversas, tais como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Desempenho Operacional

Em 2019, o volume transportado foi de 23,2 bilhões de TKU, 4,6% a menos que o realizado em 2018. Os produtos transportados pela FCA são agrupados em três segmentos chaves: agricultura, industrializados e siderurgia e construção.

Agricultura.

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja, milho, açúcar. O segmento finalizou o ano de 2019 com 17,3 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2019 de R\$ 1,7 bilhões.

Industrializados.

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira, produtos florestais (celulose e madeira) e mineração. O segmento finalizou o ano de 2019 com 3,5 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2019 de R\$ 278 milhões.

Siderurgia e Construção.

O segmento de Siderurgia e Construção tem como principais produtos transportados carvão mineral, calcário, gusa e minério de ferro e aços planos e longos. O segmento finalizou o ano de 2019 com 2,3 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2019 de R\$ 420 milhões.

Investimentos.

Em 2019, a FCA investiu o valor total de R\$ 573 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda vários investimentos com foco na mitigação de riscos considerados como prioritários.

No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013.

A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, principalmente, pelos custos associados às suas atividades, conforme mencionados no item 10.1(h). A administração da Companhia vem implementando ações visando à melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional, conforme evidenciado no item 10.1(h).

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida aumentou de R\$ 2.414 milhões em 2018 para R\$ 2.417 milhões em 2019, principalmente em razão do aumento da receita de partilha de frete e receita advinda do aluguel de locomotivas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Em 2019, o resultado financeiro da FCA foi diretamente impactado pelo aumento da despesa financeira com arrendamento, representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e com o aumento da despesa de juros sobre provisão de risco e contingências.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

(i) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. (“Vale”), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017 e 2018, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017 e dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões e R\$ 6,2 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Vale pagou o montante de R\$ 11.225 (2018 – R\$ 6,2 milhões), restando montante a receber de R\$ 239.394 (2018 – R\$ 250.618).

Registro créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a FCA registrou R\$ 114.659 mil de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2014 e referentes aos processos 2007.38.00.006470-7. Em julho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado de decisão favorável à FCA, proferida no Mandado de Segurança n.º 2007.38.00.006470-7, por esta impetrado com o objetivo de excluir do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. A referida decisão retroagirá ao ano de 2002 a 2014 e permitirá a compensação como créditos extemporâneos. Por sua vez, o processo 0064670-06.2015.401.3800 ainda permanece pendente de julgamento.

(ii) Reapresentação de informações comparativas

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração da Companhia concluiu processo de revisão de conciliações contábeis que culminou com a identificação de erros referentes a exercícios anteriores nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, demais ativos, tributos a recuperar, depósitos judiciais, tributos diferidos sobre o lucro e fornecedores.

Os ajustes sustentam-se substancialmente em falhas de controles internos e no processo de conciliação da Companhia e que derivam do rápido e vertiginoso crescimento das operações nos anos que se sucederam a criação do Grupo VLI. A mitigação se dá pela implementação de rotinas e controles mais rígidos, bem como fortalecimento da cultura interna no Grupo VLI.

Adicionalmente, a Companhia revisou seu entendimento quanto ao momento de reconhecimento de suas contingências de discussão da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS. O reconhecimento dado no exercício de 2018 se sustentou no fato de ter o Supremo Tribunal Federal, no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. A Administração concluiu portanto, que o trânsito em julgado constitui indicador primário no reconhecimento dos ganhos e portanto, está procedendo com o estorno dos ganhos registrados no exercício de 2018.

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração no balanço patrimonial:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	30.643	(5.791)	24.852
Tributos a recuperar	182.321	(59.635)	122.686
Demais ativos	30.511	(5.223)	25.288
	601.567	(70.649)	530.918
Não circulante			
Tributos a recuperar	86.241	(65.632)	20.609
Depósitos judiciais	241.083	(140.931)	100.152
Tributos diferidos sobre o lucro	164.856	31.107	195.963
	5.032.437	(175.456)	4.856.981
	5.634.004	(246.105)	5.387.899
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	279.797	(820)	278.977
Tributos a recolher sobre o lucro	25.046	(25.046)	-
	567.779	(25.866)	569.793
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(37.184)	(220.239)	(257.423)
	4.601.653	(220.239)	4.348.498
	5.634.004	(246.105)	5.387.899
			01/01/2018
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	73.047	(456)	72.591

Tributos a recuperar	38.441	4.358	42.799
Demais ativos	47.002	(5.223)	41.779
	471.597	(1.321)	470.276
Não circulante			
Tributos a recuperar	36.339	(4.147)	32.192
Depósitos judiciais	239.648	(137.294)	102.354
Tributos diferidos sobre o lucro	215.964	14.567	230.531
	4.838.980	(126.874)	4.712.106
	5.310.577	(128.195)	5.182.382
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	186.624	(926)	185.698
	736.218	(926)	735.292
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(169.985)	(127.269)	(297.254)
	4.388.874	(127.269)	4.261.605
	5.310.577	(128.195)	5.182.382

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receitas (despesas) operacionais	(53.290)	(81.017)	(134.307)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.555	(81.017)	(54.462)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	150.456	(81.017)	69.439
Resultado financeiro	50.365	(58.575)	(8.210)
Ganhos com variação monetária e cambial	70.757	(58.575)	12.182
Imposto de renda e contribuição social	(68.020)	46.622	(21.398)
Tributos correntes	(39.664)	30.082	(9.582)
Tributos diferidos	(28.356)	16.540	(11.816)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	132.801	(92.970)	39.831

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	132.801	(92.970)	39.831
Baixas para perda	-	(2.940)	(2.940)
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(70.757)	58.575	(12.182)
Tributos diferidos sobre o lucro	28.356	(16.540)	11.816
Tributos a recuperar	(134.604)	48.541	(86.063)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	170.763	(5.334)	165.428
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(623.167)	-	(623.167)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	410.000	-	410.000
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(42.404)	(5.335)	(47.739)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.047	(456)	72.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.643	(5.791)	24.852

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)”

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas aos antigos contratos de arrendamento serão alteradas. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação e amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia adotou a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia utilizou as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

O registro dos direitos de uso seguiu as características dos ativos subjacentes, tendo sido as locomotivas, vagões e terminais registrados no imobilizado. Por sua vez, os ativos referentes aos contratos de arrendamento e concessão com a RFFSA e FERROBAN e os direitos atrelados aos compromissos referentes a Resolução 4.131/13 e aditivados ao contrato de concessão, foram registrados no intangível.

(ii) IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(iii) Outros normativos

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.
- IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.
- IFRS 3/CPC 15 - "Combinação de Negócios": esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (*step-acquisition*). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.
- IFRS 11/CPC 19 - "Negócios em Conjunto": esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.
- IAS 19/CPC 33 - A alteração específica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.
- IAS 28/CPC19 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto." O IFRS 9 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28. A alteração ao IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou *joint venture* que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do IFRS 9.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir da adoção do IFRS 16 a Companhia passou a apresentar e divulgar, separadamente, em nota explicativa todos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento e Resolução 4.131/13, bem como as despesas de juros sobre e amortização de tais ativos e passivos. Os efeitos de aplicação da norma em 1º de janeiro de 2019 estão listados abaixo:

	Direito de uso	Reclassificação de gastos incorridos	Obrigação de arrendamento	Obras em andamento – Resolução 4.131/13	PIS e COFINS
Vagões, locomotivas e terminais	692.839	18.099	674.741	-	62.414
Concessão	1.320.291	13.990	1.306.301	-	120.833
Resolução 4.131/13	1.299.598	-	1.299.598	(249.985)	97.089

Seguindo as instruções emanadas pela CVM, as obrigações de arrendamento foram apresentadas de forma bruta, contemplando PIS e COFINS, que em 1º de janeiro de 2019, equivalem a R\$ 280.336, correspondendo a 9,25% do saldo a valor presente adotado na transição.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa os pagamentos de arrendamento estão classificados e divulgados separadamente.

A partir de 2019, a Companhia passou a divulgar em notas explicativas específicas as seguintes informações:

- encargos de depreciação e amortização para ativos de direito de uso;
- despesas de juros sobre passivos de arrendamento;
- saídas de caixa com o total de pagamentos efetivados de arrendamentos;
- valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período por classe de ativo subjacente.

Os valores reconhecidos foram descontados pelas seguintes taxas incrementais nominais de captação, que foram calculadas para cada contrato, levando-se em consideração o custo de captação médio do Grupo VLI em relação às dispersões do CDI futuro, conforme bases da BM&F, em 28/12/2018:

	FCA
Vagões	de 7,87% a 8,93%
Locomotivas	de 8,04% a 10,07%
Terminais	de 7,90% a 9,91%
Concessão	11,04%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2019 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

d. Ressalvas no parecer do auditor

Não aplicável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de Ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

(i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

(ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte

da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

(i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.

(ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

(iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Vide item 10.6, acima.

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2019, a FCA investiu o valor total de R\$ 573 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda vários investimentos com foco na mitigação de riscos considerados como prioritários.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da

controladora.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2019, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data desta Proposta de Administração, pesquisas em andamento já divulgadas.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4.373 milhões, frente aos R\$ 6.344 milhões investidos em 2018.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2019 foram investidos R\$ R\$ 4.373 milhões.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019, o total gasto foi de R\$ 4.373 milhões.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2018, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

(II) PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A diretoria da Ferrovia Centro Atlântica S/A, em conformidade com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404 (com nova redação dada pelas leis 10.303 e 11.638), vem apresentar a Assembleia Geral de Acionistas proposta para destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O prejuízo líquido do exercício, evidenciado na Demonstração de Resultado, foi de R\$ 98.652,438,86 (noventa e oito milhões de reais, seiscentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos), consoante os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); para o qual se propõe a utilização de forma a amortizar parte do Prejuízo dos exercícios anteriores, conforme detalhado abaixo.

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

O prejuízo do exercício de 2019 é de R\$ 98.652,438,86 (noventa e oito milhões de reais, seiscentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos).

RESUMO

Composição:	Valores em Reais
Prejuízos acumulados até o exercício de 2018 – reapresentado	(257.423.250,89)
Reservas de capital constituídas em 2019	525.686.078,10
Absorção de prejuízos de 2019	(98.652.438,86)
Reserva de capital remanescentes em 2019	169.611.288,35

Nos termos do Art. 9º, § 1º, inciso II e do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, destacamos o seguinte:

DESCRIÇÃO	DADOS
1. Prejuízo referente ao exercício social de 2019	(R\$ 98.652,438,86) (noventa e oito milhões de reais, seiscentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos)
2. Montante dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados	Não aplicável
3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	Não aplicável
4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5. Remuneração do exercício deduzidos os juros sobre o capital próprio declarados	Não aplicável
6. Montante dos Dividendos e dos Juros sobre o capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos	Não aplicável
7. Fornecer tabela comparativa indicando lucro líquido e dividendo e juros sobre o capital próprio do exercício dos 3 (três exercícios anteriores) por ação de cada espécie e classe	Não aplicável
8. Destinação de lucros à reserva legal a. Identificar o montante destinado à reserva legal b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	Detalhamento da forma de cálculo da reserva legal: Nos termos do artigo 26º § 1º do Estatuto social: do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:

	<p>a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos;</p> <p>Esta reserva limita-se ao limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei nº 6404/76.</p> <p>Tal reserva pode deixar de ser constituída no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital (art. 182 da Lei 6.404/76), exceder 30% do capital social.</p>
9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos	<p>Descrição da fórmula do cálculo:</p> <p>Nos termos do art. 4º do Estatuto Social, os titulares de ações preferenciais terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VI do Estatuto Social com o seguinte critério:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação; b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea “a”.
10. Dividendo obrigatório	Não aplicável
11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da empresa (a) Informar o montante da retenção; (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável
12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (a) Identificar o montante destinado à reserva; (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) Explicar porque a perda foi considerada provável; (d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável
13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) Identificar o montante destinado à reserva; (c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável
15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital	Não aplicável
16. Destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais a. Informar o montante destinado à reserva; e b. Explicar a natureza da destinação	Não aplicável

(III) REELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E RATIFICAÇÃO DE MEMBRO INDICADO PELOS FUNCIONÁRIOS

Tendo em vista o encerramento do mandato com a realização da presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, propõe-se a reeleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. Dessa forma, visando maior transparência ao processo, a Administração, em alusão ao artigo 10 da ICVM 481/09, disponibiliza abaixo as informações indicadas nos subitens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos às 4 (quatro) cadeiras do Conselho de Administração da Companhia, indicados pela controladora da Companhia.

Ainda, nos termos do art. 14, §2º. do Estatuto Social vigente, 1 (um) membro do Conselho de Administração deve ser eleito pelos empregados da Companhia. Considerando que em 14 de março de 2018 foi realizada eleição dos conselheiros representantes dos empregados em todos os estabelecimentos da Companhia, com prazo de gestão de 3 (três) anos contados a partir da eleição, a chapa vencedora composta pelo titular Agnaldo Francisco da Silva e suplente Valter Alcebiades da Silva, terão seu mandato renovado por mais 1 (um) ano até o decurso do período do prazo do processo eleitoral válido que os elegeram.

Desta forma, o membro titular e seu suplente representantes dos empregados terão mandatos até a Assembleia Geral Ordinária de 2021 e todos os demais membros eleitos/reeleitos terão mandato unificado pelo período de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, podendo ser reeleitos ao final de seu mandato, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

Assim, em alusão ao artigo 10 da ICVM 481/09, também disponibiliza abaixo as informações indicadas nos subitens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência com relação à tais membros para a ratificação em assembleia de sua eleição.

12.5 e 8 - Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal

AGNALDO FRANCISCO DA SILVA			
CPF: 035.170.876-61	Indicado pelos Empregados da Companhia à eleição como Membro Titular do Conselho de Administração		
Idade:	42 anos	Profissão:	Eletricista
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2021.	Eleito pelo controlador:	Não
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Eletricista de Locomotivas			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
O Sr. Agnaldo Francisco da Silva é candidato a membro titular do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido indicado ao cargo pelos empregados da Companhia por meio de processo eleitoral conduzido e apurado na forma exigida pelo poder concedente, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Iniciou sua carreira na Ferrovia Centro Atlântica em 15/08/2008 na função de Técnico em Eletroeletrônica I e atualmente, ocupa o cargo de Eletricista de Locomotivas. O Sr. Agnaldo Francisco			

da Silva não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

VALTER ALCEBIADES DA SILVA			
CPF: 031.511.226-39	Indicado pelos Empregados da Companhia como Membro Suplente do Conselho de Administração		
Idade:	43 anos	Profissão:	Técnico em Eletroeletrônico
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2021.	Eleito pelo controlador:	Não
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Técnico em Eletroeletrônico			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Valter Alcebiades da Silva é candidato a membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido indicado ao cargo pelos empregados da Companhia por meio de processo eleitoral conduzido e apurado na forma exigida pelo poder concedente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. Iniciou sua carreira na Ferrovia Centro Atlântica S.A em 02 de fevereiro de 2011 e atualmente é Técnico em Eletroeletrônica. O Sr. Valter Alcebiades da Silva não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

RODRIGO SABA RUGGIERO			
CPF: 160.655.238-44	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Presidente do Conselho de Administração		
Idade:	47 anos	Profissão:	Engenheiro
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2022.	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Diretor de Operações			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Rodrigo Ruggiero ingressou na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia - em 2011 como Diretor de Operações Ferroviárias e Planejamento e hoje atua como Diretor de Integração e Planejamento do Grupo VLI, além de ser membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S.A., companhia aberta cujo controle é detido pela VLI Multimodal S.A.– controladora direta da Companhia. Graduiu-se em Engenharia pela Universidade de São Paulo e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Antes de ingressar na VLI, atuou como Gerente de Pátios e Terminais da VALE e Coordenador de Manutenção Fabril. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade.</p>			

DANIEL PIMENTEL CUSTÓDIO NOVO			
CPF: 279.634.658-79	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Suplente do Conselho de Administração		
Idade:	42 anos	Profissão:	Engenheiro Naval
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2022.	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Daniel Pimentel Custódio Novo ocupa o cargo de Gerente Geral de Transformação Digital e Inovação da VLI Multimodal S.A. - sociedade que detém o controle direto da Companhia - e possui quinze anos de carreira sendo os últimos nove anos em posição de liderança nas áreas administrativa/financeira, planejamento estratégico, gestão de contratos e produtividade operacional com foco no resultado e desenvolvimento de novos projetos. Ingressou na Vale S.A., companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A, como Engenheiro de Operações Portuárias e Terminais de Carga Geral em agosto de 2005. Antes de ingressar na Vale S.A., atuou como Gerente de Projetos, Engenheiro de Projetos Logísticos e Engenheiro de Software Trainee. O Sr. Daniel Pimentel Custódio Novo não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Adicionalmente, o Sr. Daniel graduou-se em engenharia Naval com ênfase em Transportes pela Escola Politécnica da USP em 2000, onde também defendeu sua tese de Mestrado em Sistemas Logísticos. Possui especializações pela FGV, em Liderança com foco em Gestão Estratégica; pelo IMD Business School, em Mastering Leadership Program; e pela Fundação Dom Cabral, onde cursou o MBA – Gestão Empresarial. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

RUTE MELO ARAÚJO			
CPF: 192.181.808-51	Indicada pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Titular do Conselho de Administração		
Idade:	42 anos	Profissão:	Engenheira de Materiais
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2022.	Eleita pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>A Sra. Rute Melo Araújo juntou-se ao time da VLI Multimodal S.A. - sociedade que detém o controle direto da Companhia -, em janeiro de 2011 como responsável pela área de recursos humanos, para estruturar e implantar, em todas as disciplinas da área, os processos almejados pela VLI S.A. – sociedade que detém o controle da Companhia – e pelas sociedades por ele controladas (“Grupo VLI”), com foco na criação da cultura do Grupo VLI, no desenvolvimento da liderança e no suporte estratégico ao negócio. A Sra. Rute não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que a Sra. Rute foi, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Norte Sul S/A. A . possui mais de 14 (catorze) anos de experiência no ramo, adquirida em empresas como a Whirlpool Latin America S.A., onde atuou como Gerente de Recursos Humanos (2007/2011), Gerente de Serviços – Atendimento ao Consumidor e Revenda e Call Center (2006/ 2007), e como Especialista Sênior de Recursos Humanos (2004/2006); e a Ambev – Cia de Bebidas das Américas, onde atuou como Gerente de Gente & Gestão Jundiaí e Paulínea (2001/2004). Graduiu-se em Engenharia de Materiais pela Universidade Mackenzie, e, na Fundação Getúlio Vargas, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que a tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

MILTON NASSAU RIBEIRO			
CPF: 953.859.086-49		Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Suplente do Conselho de Administração	
Idade:	46 anos	Profissão:	Advogado
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2022	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Milton Nassau Ribeiro ocupou desde abril de 2011 o cargo de Consultor Geral da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia –, sendo responsável pelas áreas jurídica, fiscal, <i>compliance</i> e de governança corporativa. Trabalhou anteriormente na CSN – uma companhia aberta que atua no setor siderúrgico – e na Vale – companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A –, tendo também sido International Associate do escritório White & Case, nos Estados Unidos. O Sr. Milton Nassau Ribeiro não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas, salvo o de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A. Adicionalmente, o Sr. Milton é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos. Possui especializações pela Kellogg School of Management, em Chicago, Estados Unidos (Skills, Tools and Competencies Program); pelo IMD, em Lausanne, Suíça (Mastering Leadership Program); pelo MIT, em Cambridge, Estados Unidos (Transformational Leadership Program); e pela Fundação Dom Cabral (Programa de Finanças Corporativas) e é professor do MBA Executivo e do LLM Corporativo do IBMEC/MG. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

FABRICIO REZENDE DE OLIVEIRA	
CPF: 076.569.617-71	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Titular do

Conselho de Administração			
Idade:	40 anos	Profissão:	Administrador
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2022.	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Fabricio ingressou na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia - em 2011 como Gerente Geral de Operação Ferroviária e hoje atua como Diretor de Portos e Terminais do Grupo VLI, além de ser membro da diretoria da Ferrovia Norte Sul S.A., companhia aberta cujo controle é detido pela VLI Multimodal S.A.– controladora direta da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Ouro Preto e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade.</p>			

LEANDRO FULGÊNCIO VIEIRA			
CPF: 070.907.996-62	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Suplente do Conselho de Administração		
Idade:	35 anos	Profissão:	Engenheiro de Produção
Órgão administração:	Não		
Prazo do mandato:	Até 27/04/2022.	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Leandro Fulgêncio ocupa desde outubro de 2016 o cargo de Gerente Geral de Controladoria da VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia, atuando desde 2011 na empresa e também como membro suplente do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul. Por outro lado, possui mais de 12 anos de experiência no ramo, adquirido em empresas como América Latina Logística – ALL, onde ocupou o cargo de Coordenador Comercial (2008/2009) e VALE, onde atuou como Gerente de Vendas (2009/2011) e Exxon Mobil. Graduiu-se em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais, e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Gestão e Finanças e MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

GUSTAVO SERRÃO CHAVES			
CPF: 051.508.247-39	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Titular do Conselho de Administração		
Idade:	43 anos	Profissão:	Engenheiro Mecânico
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2022.	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Gustavo Serrão Chaves ingressou na Vale S.A., companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, em julho de 2005 e na Companhia ingressou em 2010, tendo exercido o cargo de Gerente Geral de Manutenção. Em 2013 passou a exercer o cargo de Gerente Geral dos Corredores Minas-Rio e Centro-Leste na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia. Atualmente exerce também o cargo de Diretor da VLI S.A. e de sociedades por ela controladas, incluindo a Diretoria da VLI Multimodal S/A – controladora direta da Companhia, sendo o responsável pelas operações ferroviárias. O Sr. Gustavo Serrão Chaves não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Adicionalmente, o Sr. Gustavo graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e possui especializações pela Fundação Dom Cabral (MBA) e pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT Sloan, onde cursou o Senior Leadership Program, em 2012. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

ANGELO HENRIQUE RODRIGUES STRADIOTO			
CPF: 012.454.106-28	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Suplente do Conselho de Administração		
Idade:	38 anos	Profissão:	Administrador
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 27/04/2018.	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Angelo Stradioto ocupou desde setembro de 2013 o cargo de Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios Estrutura e M&A da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia. O Sr. Angelo já ocupou cargo de diretor na Ultrafertil S.A (2016/2017) e atualmente é membro suplente do Conselho de Administração de controladas da VLI. Adicionalmente, o Sr. Angelo possui mais de 15 anos de experiência no ramo, adquirido em empresas como a Falconi Consultores de Resultado, onde atuou como Consultor Sênior (2005/2008) e na Vale como Gerente de Negócios (2008/2013). Graduiu-se em Administração pela PUC Minas e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês (estatutários ou não) de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não se aplica.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Nesta data, inexistia relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Companhia e (i) outros administradores da Companhia; (ii) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii)

controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (iv) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Adicionalmente, também inexistia relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Companhia e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais:

Administrador do Emissor	Pessoa Relacionada	Cargo na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação do Administrador	Tipo de Pessoa Relacionada
Agnaldo Francisco Da Silva	Não exerce função em pessoa relacionada	Não exerce função em pessoa relacionada	Não exerce função em pessoa relacionada	Não exerce função em pessoa relacionada
Valter Alcebiades Da Silva	Não exerce função em pessoa relacionada	Não exerce função em pessoa relacionada	Não exerce função em pessoa relacionada	Não exerce função em pessoa relacionada
Rodrigo Saba Ruggiero	VLI Multimodal S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A.	Diretor de Integração e Planejamento e Conselheiro	Subordinação	Controladora Direta
Rute Melo Araújo	VLI Multimodal S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A.	Diretora de Gente e Serviços e Conselheira	Subordinação	Controladora Direta
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto	VLI Multimodal S.A.	Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios Estrutura e M&A	Subordinação	Controladora Direta
Fabricio Rezende De Oliveira	VLI Multimodal S.A.	Diretor de Portos e Terminais	Subordinação	Controladora Direta
Daniel Pimentel Custódio Novo	VLI Multimodal S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A.	Gerente Geral de Transformação Digital e Inovação e Conselheiro	Subordinação	Controladora Direta
Milton Nassau Ribeiro	VLI Multimodal S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A.	Consultor Geral e Diretor de Integridade	Subordinação	Controladora Direta

Gustavo Serrão Chaves	VLI Multimodal S.A.	Diretor de Operações Ferroviárias	Subordinação	Controladora Direta
Leandro de Fulgêncio Vieira	VLI S.A. e VLI Multimodal	Gerente Geral de Controladoria	Subordinação	Controladora Indireta e Controladora Direta

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(I) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme item 13 do Formulário de Referência)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não adota uma política formal de remuneração de seus administradores, na medida em que a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte de quase todos os seus administradores.

Considerando que todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da nossa controladora indireta, a VLI S.A., as suas remunerações compõem o quadro de salários e benefícios da VLI S.A. À exceção de 1 (um) integrante do conselho administrativo, que recebe a remuneração prevista no Estatuto.

b. Composição da remuneração

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um;*
- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total;*
- (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e*
- (iv) Razões que justificam a composição da remuneração.*
- (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.*

A remuneração global é fixada anualmente em assembleia geral, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é atribuído o pagamento de uma remuneração fixa. Não há pagamento de quaisquer benefícios, verbas de representação ou participação nos resultados da Companhia.

Usualmente, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciam a remuneração a que fariam jus, com exceção de 1 (um) membro, uma vez que todos os administradores ocupam simultaneamente cargos remunerados em sua controladora indireta, a VLI S.A, com exceção do representante sindical.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração de administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima. Além disso, usualmente os administradores da Companhia renunciam à remuneração a que fariam direito. Desta forma, não há relação relevante entre os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia e a remuneração de seus administradores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da VLI S.A., controladora indireta da Companhia, com exceção do representante sindical. Desta forma, a remuneração dos administradores da Companhia que integram o quadro de funcionários da VLI S.A. compõe o quadro de salários e benefícios desta sociedade e não está relacionada ao exercício dos cargos de administração na Companhia, nos termos descritos no item 13.5 deste Formulário de Referência. de salários e benefícios desta sociedade e não está relacionada ao exercício dos cargos de administração na Companhia, nos termos descritos no item 13.5 deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam***
A remuneração individual do conselho de administração e da diretoria é definida e aprovada em Assembleia Geral mediante proposta realizada anualmente.
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos***
Para definição da remuneração individual do conselho de administração e da diretoria são consideradas as práticas de mercado e as particularidades do negócio. Periodicamente são realizadas pesquisas salariais, conduzidas por consultorias especializadas, para comparação da remuneração total em relação ao *peer group* selecionado.
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor***
A remuneração do conselho de administração e da diretoria são avaliados anualmente mediante proposta apresentada na Assembleia Geral.

13.2 - Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5	0	10
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	12.534,00	0	0	12.534,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-Emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da Remuneração	12.534,00	0,00	0	12.534,00
Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5	0	10
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	11.976,00	0	0	11.976,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-Emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da Remuneração	11.976,00	0,00	0	11.976,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5	0	10
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	16.248,00	6.000,00	0	22.248,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da Remuneração	16.248,00	6.000,00	0	22.248,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5		10
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	16.044,00	6.000,00		22.044,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0		0
Participação em comitês	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0		0
Remuneração Variável				
Bônus	0	0		0
Participação nos Resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0		0
Baseada em ações	0	0		0
Observação	0	0		0
Total da Remuneração	16.044,00	6.000,00		22.044,00

13.3 - Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último

exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.5 - Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.6 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

	Ações Retidas Diretamente (emitidas pela Companhia)	Ações Retidas Indiretamente	Total
Conselho Administração	0	0	0
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
Total	0	0	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não confere aos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria planos de previdência.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais:

Valores	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Número de Membros	5	5	5	5	5	5	0	0	0
Valor da Maior Remuneração (Reais)	0	0	0	11.976,00	11.448,00	11.244,00	0	0	0
Valor da Menor Remuneração (Reais)	0	0	0	11.976,00	11.448,00	11.244,00	0	0	0
Valor Médio da Remuneração (Reais)	0	0	0	11.976,00	11.448,00	11.244,00	0	0	0

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
31/12/2018	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
31/12/2017	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2019, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2018	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2018, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2017	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Mario Ricardo Aparecido dos Santos que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2017, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
31/12/2018	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
31/12/2017	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Em 31 de dezembro de 2019, não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2019
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2018
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, e da Diretoria Estatutária em razão da função que ocupam na Companhia que tenha sido reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia, salvo o sr. Agnaldo Francisco da Silva que que recebeu o valor de um salário mínimo mensal.

Contudo, os 4 membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são também empregados de sua controladora direta VLI Multimodal ou de sua controladora indireta, a VLI S.A. Considerando que a VLI Multimodal é controlada pela VLI S.A. que detém 99,9% de sua participação, estes administradores receberam nos 3 (três) últimos exercícios sociais pagamentos referentes à remuneração não relacionada ao exercício de cargos na Companhia, conforme tabela consolidada das duas empresas, abaixo:

Exercício Social 2019

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	2.455.168	8.293.442	0	10.748.610
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2018

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	11.907.544	21.058.495	0	32.966.038
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2017

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	6.102.714	5.851.106	0	11.953.819
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

13.16 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração 2019 é inferior ao ano anterior, principalmente, em função da não realização de resgates dos programas de Incentivo de Longo Prazo até o momento. Além disso, ocorreram alterações de membros da Diretoria.

A remuneração 2018 foi retificada em virtude da inclusão dos resgates dos programas de Incentivo de Longo Prazo que foram efetuados após o envio do formulário de referência. Destacamos ainda que, em 2018 foi registrado o maior pagamento de Incentivo de Longo Prazo na história da companhia pois os programas estavam bloqueados para resgate nos períodos anteriores.



ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO
FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE: 31.300.011.879 (Companhia Aberta)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE JULHO DE 2020

Ficam os Senhores acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S.A., com sede na Rua Sapucaí, 383, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.924.429/0001-75 (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), que se realizará no próximo dia 30 (trinta) de julho de 2020, às 10:00h (dez horas), na sede social da Companhia, a fim de deliberarem sobre:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e
- (ii) Proposta para a destinação do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019;
- (iii) Reeleição de membros do Conselho de Administração e indicação do Presidente.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) A fixação da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2020.

Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia.

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados. Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Ferrovia Centro Atlântica S.A. adotará o sistema de voto à distância nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que os seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes também na Proposta.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

Rodrigo Saba Ruggiero
Presidente do Conselho de Administração